

Relatório de Gestão TJMMG

BIÊNIO 2022/2024



Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais



COMPOSIÇÃO

Tribunal de Justiça Militar – Pleno

Desembargador Rúbio Paulino Coelho - Presidente
Desembargador Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha - Vice-Presidente
Desembargador Sócrates Edgard dos Anjos – Corregedor
Desembargador Osmar Duarte Marcelino - Ouvidor
Desembargador James Ferreira Santos - Diretor da Escola Judicial Militar (EJM)
Desembargador Jadir Silva
Desembargador Fernando José Armando Ribeiro

Juízes de Direito do Juízo Militar

1ª Auditoria Criminal e Cível
Juiz de Direito Titular Marcelo Adriano Menacho dos Anjos
Juiz de Direito Substituto Bruno Cortez Torres Castelo Branco

2ª Auditoria Criminal e Cível
Juiz de Direito Titular João Libério da Cunha
Juíza de Direito Substituta Carolina Aleixo Benetti de Oliveira Rodrigues

3ª Auditoria Criminal e Cível
Juíza de Direito Titular Daniela de Freitas Marques
Juiz de Direito Substituto João Pedro Hoffert Monteiro de Lima

4ª Auditoria Criminal e Cível
Juiz de Direito Titular André de Mourão Motta
Juíza de Direito Substituta Renata Rodrigues de Pádua

5ª Auditoria Criminal e Cível
Juiz de Direito Substituto Marcos Luiz Nery Filho (respondendo pela Auditoria)
Juiz de Direito Substituto George Walter Barreto Paviotti



JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Missão

Garantir a prestação jurisdicional efetiva no âmbito de sua competência.

Visão

Ser reconhecida pela sociedade como uma justiça especializada essencial para a promoção da paz social e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Valores

- Efetividade
- Integridade
- Excelência
- Transparência
- Ética
- Sustentabilidade



SUMÁRIO

09	APRESENTAÇÃO
11	CONTEXTUALIZAÇÃO
13	EIXO 1
31	EIXO 2
41	EIXO 3
55	EIXO 4
77	ATOS NORMATIVOS - RESOLUÇÕES
81	ATOS NORMATIVOS - PORTARIAS
89	ATOS NORMATIVOS - PORTARIAS CONJUNTAS



APRESENTAÇÃO



CLIQUE
AQUI



CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante os anos de 2022 e 2023, foram traçados pela gestão eleita para o biênio 2022/2024 objetivos específicos a serem alcançados. Foi estabelecido um plano de trabalho a ser cumprido durante todo o período da gestão, com a fixação de quatro eixos que nortearam todos os projetos e ações.

O **PRIMEIRO EIXO** priorizou a valorização e melhoria da qualidade de vida dos servidores e magistrados e a reestruturação das unidades organizacionais, com ações voltadas para criação de cargos e funções administrativas, além de projetos para realização das obras de modernização e adequação das estruturas físicas do prédio que abriga a Justiça Militar mineira, objetivando, entre outros, ofertar um maior conforto e qualidade de trabalho para os servidores.

O **SEGUNDO EIXO** priorizou os investimentos em inovação e tecnologia, possibilitando significativos avanços em relação à automatização de processos internos, com o desenvolvimento de sistemas de gestão destinados à Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria de Finanças, Diretoria Administrativa, Assessoria de Comunicação Institucional e a integração do sistema processual Eproc com os sistemas utilizados pelas instituições militares. O investimento na área da tecnologia da informação e comunicação possibilitou o aprimoramento da Justiça Militar, com a melhoria das ferramentas de gestão, das formas de trabalho e das práticas gerenciais, sempre focado no objetivo maior, que é a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais.

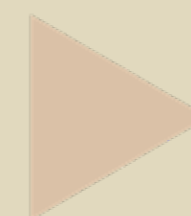
O **TERCEIRO EIXO** buscou o aprimoramento da governança corporativa, com o estabelecimento de ações voltadas para coordenação e controle, análise de riscos e constante prospecção de cenários. Na área finalística, foram criados novos fluxos de trabalho, possibilitando o cumprimento de todas as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Alcançamos o primeiro lugar no Ranking da Transparência, nos anos de 2022 e 2023; e fomos alçados à categoria Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade em 2023. Hoje, somos uma Justiça Militar DIAMANTE na prestação jurisdicional.

Também atingimos a significativa e histórica redução de 33% do tempo médio entre o início do processo e o primeiro julgamento. Em números absolutos, um processo é julgado em média em 291 dias na primeira Instância da Justiça Militar de Minas Gerais (JMEMG).

O **QUARTO EIXO** objetivou o fortalecimento da nossa imagem institucional, tendo como principal ação a aproximação entre a Justiça Militar mineira e os demais poderes constituídos, órgãos, entidades, instituições de ensino superior e, principalmente, as instituições militares, com foco nos nossos jurisdicionados. Foram desenvolvidas políticas, estratégias e ações relacionadas a comunicação interna e externa, comunicação visual, jornalismo, publicidade, relações públicas e interinstitucionais, tendo como foco e resultado alcançados o aprimoramento da imagem institucional da Justiça Militar e a necessária aproximação da sociedade.

Após esta breve explanação acerca da metodologia adotada pela gestão do Tribunal de Justiça Militar (TJMMG), biênio 2022/2024, segue um extrato das principais ações desenvolvidas nos anos de 2022, 2023 e início de 2024 (até 20 de março, data da mudança de gestão).



EIXO 1 Valorização e melhoria da qualidade de vida dos servidores



EIXO 1

Valorização e melhoria da qualidade de vida dos servidores

Ações ligadas a recursos humanos, ajustes na estrutura das unidades organizacionais e instalações da JME/MG.

Concurso público para Juiz de Direito Substituto

Seis novos juízes de Direito substitutos passaram a integrar a Justiça Militar de Minas Gerais após a realização de concurso público regido pelo Edital n. 1/2022. O processo seletivo, que contou com provas escritas e orais, culminou, no dia 13 de dezembro de 2023, com a sua homologação por parte do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), em sessão ordinária, em conformidade com o § 1º do art. 192 da Lei Complementar Estadual n. 59, de 18 de janeiro de 2001. No dia seguinte, o presidente do TJMG, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, assinou a nomeação dos seis novos juízes. A sessão solene histórica de posse ocorreu no dia 11 de janeiro de 2024, no auditório da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), e marcou uma renovação necessária na primeira instância da JME, que tinha uma lacuna de 21 anos sem a realização de concurso para magistrados.



Posse dos novos servidores aprovados em concurso

Em abril de 2022, foi empossado o primeiro grupo de novos servidores efetivos oriundos do Concurso n. 1/2021, que teve como objetivo o provimento de 27 cargos, entre oficiais judiciários e analistas judiciários, para o Quadro de Pessoal dos Servidores da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. Até fevereiro de 2024, foram nomeados mais oito novos concursados para além das vagas previstas, o que pode se repetir ao longo da validade do certame, que foi prorrogado por mais dois anos, a contar a partir de 16 de março de 2024.



Programa de Ambientação à Justiça Militar – Ambientar Servidores

O primeiro grupo de servidores empossados oriundos do Concurso n.1/2021 foi recepcionado com o Programa Ambientar, destinado a acolhê-los e integrá-los com o objetivo de facilitar o processo de adaptação à realidade institucional antes de iniciarem suas atividades laborais em postos de trabalho compatíveis com seus perfis e competências. O Ambientar proporcionou a apresentação das áreas administrativas da instituição, do sindicato que representa a classe, palestras sobre o Programa de Integridade do TJMMG, ética, plano de carreira dos servidores, entre outros temas.

Programa de Ambientação à Justiça Militar – Ambientar Magistrados

O Ambientar ganhou um novo formato para recepcionar os seis novos juízes de Direito substitutos da Justiça Militar de Minas Gerais, empossados no início de janeiro de 2024. Pelo programa, eles começaram a ser introduzidos aos trabalhos participando de uma extensa programação que se estendeu por cinco semanas – de 15 de janeiro de 2024 a 16 de fevereiro de 2024 –, composta por diversas palestras relacionadas à prática jurisdicional nesta Justiça especializada, o que incluiu reuniões com o alto comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e visitas a diversos destacamentos na capital e no interior do estado. O Ambientar também permitiu aos juízes a compreensão do funcionamento e fluxos administrativos do TJMMG.



Aprovação da Lei n. 24.201, de 30 de junho de 2022

Após um amplo trabalho de sensibilização dos Poderes Executivo e Legislativo, foi sancionada a Lei n. 24.201, de 30 de junho de 2022, que altera o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão dos Servidores. A nova lei, fruto do PL n. 3.324/2021, trouxe benefícios para a estrutura organizacional do Tribunal, criando cargos de gestão para funções administrativas estratégicas. Além disso, corrigiu uma assimetria que perdurava há alguns anos, equiparando com a Justiça comum os padrões de vencimento dos cargos de Assessor de Juiz e de Assistente Judiciário.

Implantação e adequações da modalidade teletrabalho

Com a instituição do teletrabalho de forma permanente no TJMMG, em 2022 foi desenvolvido o Programa de Acompanhamento do Teletrabalho (PAT), com a finalidade de facilitar a adaptação dos servidores e favorecer a adoção de boas práticas gerenciais no contexto desse novo regime de trabalho. A primeira etapa do PAT foi o ciclo de palestras Teletrabalho em Pauta, com finalidade educativa e de sensibilização, que abordou temas como saúde mental, teletrabalho no modelo híbrido, entre outros. No mesmo ano, foi realizada uma pesquisa a fim de investigar o impacto do teletrabalho sobre o nível de satisfação de gestores e servidores e definir ações.



Teletrabalho integral para magistradas e servidoras lactantes

A partir junho de 2023, foram regulamentadas, por meio da Portaria Conjunta n. 147, as condições especiais de trabalho para magistradas e servidoras lactantes, o que permite a autorização para ingresso no regime de teletrabalho integral no período compreendido entre o fim da licença-maternidade e os primeiros 12 meses de vida da criança.

Atualização do Banco de Talentos

Com o ingresso de novos servidores concursados, o Banco de Talentos do TJMMG passou por atualização, com o objetivo de compatibilizar os talentos do corpo funcional com as necessidades do Tribunal, além de identificar perfis adequados para a composição de comitês, comissões e grupos de trabalho e para a colaboração em eventos institucionais. Essa importante ferramenta da Gestão por Competências, adequada à Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ n. 240/2016, possibilita também maior assertividade nas lotações, refletindo-se em ganho de produtividade para as unidades e em facilidade de adaptação e aumento do nível de satisfação para os servidores.

1ª Pesquisa de Clima Organizacional

O TJMMG é um ótimo lugar para se trabalhar. É o que garantem 100% dos servidores e colaboradores que responderam à 1ª Pesquisa de Clima Organizacional da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, realizada em 2023 pela Seção de Desenvolvimento de Pessoas da Diretoria Executiva de Recursos Humanos, com o objetivo de diagnosticar o clima no órgão sob a ótica de servidores e colaboradores, servindo de subsídio para a elaboração dos planos de gestão do clima organizacional. A pesquisa aponta que o corpo funcional sente orgulho de pertencer ao Tribunal, que para ele é considerado célere e eficiente, que presta um serviço de boa qualidade, relevante e ético à sociedade.

Programas para desenvolvimento de competências

Foram realizados programas para o desenvolvimento de competências comportamentais de gestores e servidores, como o Atitude Positiva, com o objetivo de desenvolver, nos servidores e colaboradores desta Justiça Militar, competências comportamentais importantes para o bom desempenho das atividades e para melhoria das relações interpessoais, e o Tornar-se Gestor, com ações elaboradas a partir do levantamento das competências comportamentais que precisam ser desenvolvidas pelos próprios gestores para o incremento de seu desempenho e de seus relacionamentos no trabalho.

Modalidade digital para prova de vida de aposentados e pensionistas

A partir de 1º de fevereiro de 2024, foi disponibilizado o novo formato virtual de recadastramento anual dos magistrados e servidores aposentados e dos pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do TJMMG. A partir dessa data, a chamada prova de vida passou a poder ser feita digitalmente pelo aplicativo Gov.br, do Governo Federal, o que garante mais comodidade aos beneficiários. O recadastramento presencial na sede do TJMMG segue mantido, sem alterações.

Novas comissões/comitês e grupos de trabalho

Em atendimento às recomendações do Conselho Nacional de Justiça, nesta gestão foram instituídas nove comissões, dois comitês, um núcleo e três grupos de trabalho. São eles: Sub-comissão para acompanhamento, avaliação e aprimoramento do Programa de Prevenção à Violência e Medidas de Segurança Voltadas ao Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar Praticada contra Magistradas e Servidoras da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; Comissão para analisar a proposição de desfazimento de veículos; Comissão para analisar a proposição de desfazimento de material permanente inservível alocado na garagem; Comissão para apresentar proposta de alteração ou reforma do Regimento Interno; Comissão de Coordenação e Supervisão da seleção pública de estagiários [Edital n. 1/2023]; Comissão para propor as ações necessárias para o acolhimento, adaptação, treinamento e esclarecimentos aos novos magistrados; Comissão Permanente de Heteroidentificação; Comissão de Concurso incumbida das providências necessárias à organização e realização do concurso público para provimento do cargo de Juiz de Direito Substituto do Juízo Militar do Estado de Minas Gerais; Comissão para a elaboração da nova Resolução sobre sistema de governança, estrutura orgânica das unidades organizacionais e atribuições dos cargos em comissão do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; Comitê de Crises Cibernéticas; Comitê Gestor de Inovação; Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ); Laboratoristas para compor o Laboratório de Inovação (designação); Grupo de Trabalho para apresentar estudos sobre os critérios de cumulação de funções administrativas, incluído o exercício de função relevante singular, e processuais extraordinárias de magistrados; e Grupo de Trabalho para regulamentar a estruturação e o funcionamento do Juízo das Garantias. Também foi mantido um trabalho contínuo de atualização da composição e competência de todas as demais comissões e comitês, observando as recomendações e atualizações oriundas do CNJ.

Campanha de vacinação contra gripe

Em consonância com a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, instituída por meio da Resolução n. 207/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e também com foco na redução do absenteísmo, foi disponibilizada a vacina contra a gripe (influenza) gratuitamente aos magistrados, servidores, colaboradores terceirizados e estagiários nos anos de 2022 e 2023, mantendo uma prática anual realizada desde 2018. Em 2022 foram vacinadas 162 pessoas e em 2023 esse número subiu para 204 ao incluir os militares à disposição. A ação tem apoio do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores da Justiça Militar de Minas Gerais.



Data-base dos servidores retroativa a maio/2022 e adequação da tabela remuneratória dos ocupantes de cargos em comissão

A lei da data-base dos servidores, retroativa a maio/2022 (Lei n. 24.263/2022), foi aprovada em dezembro de 2022 e implementada na Justiça Militar logo no mês seguinte, em janeiro de 2023, tendo sido as diferenças salariais retroativas a maio de 2022 quitadas em junho de 2023. Além disso, os valores dos vencimentos dos cargos em comissão foram reajustados em janeiro de 2024, considerando a jornada diária de 8h e semanal de 40h da nova tabela remuneratória.

Projeto de Lei para criação de novos cargos

Após aprovação pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, foi enviado o Projeto de Lei n. 1.836/2023 para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), criando dez novos cargos efetivos na Justiça Militar, cinco cargos de gerência, um de coordenador de área (recrutamento limitado) e um de assessor institucional (recrutamento amplo). O PL está em tramitação, com previsão de votação em 2024.

Capacitação de magistrados, servidores, juízes militares e público externo

Houve um aumento na quantidade de capacitações realizadas pela Escola Judicial Militar, seguindo todas as recomendações e resoluções do CNJ e objetivando a qualificação de servidores e magistrados, tanto na perspectiva de formação técnica, quanto crítica e humanista. Também houve um maior apuro nos fluxos de registro de capacitações, para um controle mais efetivo das participações de servidores/colaboradores, e, como resultado, houve um aumento de 121,43% do registro em eventos de capacitação. Em 2022 foram realizados 42 eventos; em 2023 foram 130 capacitações/treinamentos; e, de janeiro a março de 2024, foram realizados 15 eventos de capacitação, incluindo o Curso de Formação Inicial para Juízes da Magistratura Civil da Justiça Militar de Minas Gerais, que tem previsão de término em junho de 2024.



Pagamento do passivo relacionado a despesas de pessoal

A partir de reuniões de negociação com a Secretaria de Planejamento do Governo de Minas Gerais e a Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, foi aprovado o aumento do orçamento do TJMMG para o ano de 2024, possibilitando o início do pagamento do passivo relacionado às despesas de pessoal, em conformidade com a recomendação do CNJ que prevê um plano para quitação do passivo relacionado às despesas de pessoal em até cinco anos, a partir de 2024, reduzindo as despesas com o pagamento de juros de mora. Também houve, por parte do TJMMG, o reconhecimento do direito do pagamento do passivo existente em relação à restituição do Imposto de Renda, e todo esse passivo foi quitado em 2023.

Curso de Formação de Formadores sob as diretrizes da Enfam

Sob as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o TJMMG promoveu em 2023 o Curso de Formação de Formadores (FoFo), para capacitar magistrados e servidores a lecionar no Curso de Formação Inicial voltado aos seis novos magistrados da Justiça Militar mineira.



Curso de Formação Inicial dos novos magistrados

Após participarem do programa Ambientar, os seis novos juízes de Direito substitutos passaram ao Curso de Formação Inicial para Juízes da Magistratura Civil da Justiça Militar de Minas Gerais, uma realização do TJMMG com foco em prepará-los para o início das atividades na Justiça Militar de Minas Gerais. O curso contou com um módulo nacional, em Brasília, realizado pela Enfam, e um módulo local na sede do TJMMG, que se estende até junho de 2024.



Seleções públicas para estagiários

Foram realizadas duas seleções públicas para estagiários, uma em 2022 e outra em 2023, com vagas para estudantes dos cursos de pós-graduação em Direito; graduação em Administração, Ciência da Computação, Direito, Comunicação Social/Jornalismo, Sistemas de Informação ou graduação similar; e de nível médio profissionalizante do Curso Técnico de Manutenção em Informática. Ambas as seleções, realizadas pelo Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais (CIEE), destinaram-se ao provimento de vagas existentes e para formação de cadastro de reserva.

Promoção de ações solidárias

Durante a Semana do Servidor de 2022, foi promovida uma campanha solidária em prol da Fundação Sara, que presta assistência social a crianças e adolescentes em tratamento oncológico. A escolha da beneficiária da campanha foi feita de forma participativa, por votação dos servidores em iniciativa da Diretoria de Recursos Humanos. Em 2023, a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) promoveu três ações solidárias. Duas delas ocorreram em junho: uma arrecadou agasalhos em prol do Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris), que atende cerca de 300 crianças de famílias com baixa renda, e outra incentivou a doação de sangue à Fundação Hemominas, durante a campanha Junho Vermelho. Em dezembro do mesmo ano, foi realizada a terceira ação, que arrecadou alimentos para a ONG Comida que Abraça, instituição social que entrega marmitas a moradores em situação de rua em Belo Horizonte.



Adesão ao Pacto pela Equidade Racial

O TJMMG aderiu em 2023 ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça cujo objetivo é a desarticulação do racismo estrutural por meio da adoção de programas, projetos e iniciativas a serem desenvolvidos em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição.

Processo de aquisição de imóvel histórico para abrigar setores administrativos e Escola Judicial Militar

Foi formalizada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais a solicitação de aquisição de um casarão histórico que data de 1939 e é contíguo ao edifício-sede da Justiça Militar mineira. O imóvel é tombado pelo patrimônio histórico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e tem estilo eclético da segunda fase. A aquisição ou desapropriação do imóvel está prevista para 2024 e significa não só uma perspectiva de expansão para abrigar novos espaços destinados aos setores administrativos e para a Escola Judicial Militar, mas também um resgate da própria memória da cidade, com a possibilidade de esse exemplar arquitetônico significativo passar aos cuidados do Estado.



Estudo de viabilidade para construção de edificação anexa ao edifício-sede

Foi contratado em 2023 um estudo técnico de viabilidade para ampliação de área construída e novas edificações anexas ao edifício-sede do TJMMG, com entrega prevista para junho de 2024.

Readequação das estruturas físicas do edifício-sede

Foi elaborado um novo *layout* para receber os seis novos magistrados e respectivos assessores, com obras entregues em novembro de 2023. Houve a criação do Espaço Diamante e também foi reformada a copa do 6º andar; realizado um projeto de reforma e modernização das diretorias do TJMMG, com previsão de licitação e obras em 2024; reforma da sala do setor de manutenção predial no térreo e adequações físicas no arquivo anexo, com projeto e licitação realizados em 2023 e previsão da conclusão das obras em 2024; e licitação para execução do projeto de impermeabilização, com previsão do início das obras e conclusão da primeira etapa no primeiro semestre de 2024. Foi realizado o projeto de adequação do Pleno para a realização de sessões híbridas, e a adequação da sala das Câmaras e das salas de audiência será concluída em 2024. Também foi contratado em 2023 projeto de adequação das instalações físicas do edifício-sede às regras de acessibilidade, com previsão de início de sua execução no primeiro semestre de 2024.

Iluminação da fachada do edifício-sede

Foi concluído em 2023 o projeto de iluminação da fachada do edifício-sede, possibilitando a mudança de cores de acordo com a adesão do TJMMG a campanhas temáticas voltadas à prevenção de doenças e outros temas de interesse social.



Aquisição de mobiliário

Em 2022 foi concluída uma primeira etapa de aquisição de mobiliário, que consistiu em novas poltronas para magistrados e servidores. Em 2023 foi concluída a segunda etapa, com a aquisição de móveis para os gabinetes dos novos juízes e das salas dos assessores jurídicos da primeira e segunda instâncias. Também em 2023 foi recomendada a previsão no Plano de Aquisições e Lei Orçamentária de 2024, de forma a possibilitar a aquisição de móveis novos para o atendimento das necessidades, levando em consideração a depreciação do mobiliário existente.

Aquisição de novos uniformes para os integrantes do GSI

Em 2023 foram entregues novos uniformes para 36 militares à disposição do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do TJMMG.

Formação da Brigada de Incêndio

Um grupo de 43 servidores efetivos, de recrutamento amplo, terceirizados, militares e estagiários foi capacitado para formar a nova Brigada de Incêndio do TJMMG. Em janeiro de 2023, eles passaram pelo Curso de Formação, com 20h de carga horária. Em março de 2024, a Brigada de Incêndio contava com 36 membros treinados e aptos para atuar na prevenção de incêndios, abandono de local com sinistro e combate a princípio de incêndio, e também para prestar primeiros socorros.



TDCO firmado com a PMMG para uso das aeronaves do Comando de Aviação do Estado

Em 2022 foi assinado um Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO) firmado com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), possibilitando a utilização das aeronaves do Comando de Aviação do Estado de Minas Gerais pelos integrantes da Justiça Militar mineira. A ação foi continuada em 2023 e teve nova previsão na Lei Orçamentária de 2024.

Investimentos em equipamentos de segurança

Visando a mais segurança para magistrados e servidores, foi feito um investimento em diversos equipamentos de segurança. Foram adquiridos Scanner Raio-X, novas catracas eletrônicas com reconhecimento facial, cancela automática para garagem, novo pórtico fixo com detector de metal e novos rádios de comunicação para utilização do Gabinete de Segurança Institucional.



Extensão do vale-lanche/auxílio-alimentação aos militares à disposição do Tribunal

A partir da Portaria TJM n. 1482, de 7 de outubro de 2022, foi realizada a extensão do vale-lanche/auxílio-alimentação aos militares à disposição do TJMMG que declarem que não recebem verba de igual natureza de seu órgão de origem ou de qualquer outro órgão ou entidade pública.



EIXO 2
Inovação e
tecnologia –
Programa
Justiça 4.0



EIXO 2

Inovação e tecnologia – Programa Justiça 4.0

Implantação de novas ferramentas de *software* - Soluções tecnológicas.

Renovação do parque tecnológico e doação de equipamentos substituídos

O parque tecnológico foi renovado com a aquisição de 129 novos microcomputadores e 30 *notebooks*, 20 *switches*, 12 *scanners* e diversos periféricos como 60 *webcams*, duas impressoras de código de barras, 160 *nobreaks*, 35 monitores, 50 caixas de som de 1.2 watts, dois projetores retráteis (multimídia de teto), além da realização de *upgrade* em 50 computadores e aquisição de pacotes Office, licenças de *software* e travas de segurança. A renovação atende à Resolução n. 275/2022 da JME, que determina o prazo de cinco anos de vida útil de microcomputadores. Como consequência, foi realizada a doação de 480 equipamentos diversos e periféricos, entre os quais 232 microcomputadores e 26 *notebooks*. As doações foram destinadas a instituições filantrópicas e órgãos públicos, tais como o Serviço Social Autônomo (Servas), os 16º e 22º Batalhões de Polícia Militar de Minas Gerais, a Congregação Cristã no Brasil (sedes de Contagem e Belo Horizonte) e a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Projeto BI – Business Intelligence, de Inteligência de Negócios

Implantação e aprimoramento da ferramenta de Business Intelligence/Inteligência de Negócios, para maior governança em relação ao cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico, constituindo também um suporte para as tomadas de decisão por parte da alta gestão do TJMMG. Os dados são públicos, estão em formato aberto *comma separated values* (CSV) e podem ser extraídos. No ano de 2023, foram criados 10 painéis: Painel de Monitoramento de Metas Nacionais e Específicas; Painel de Produtividade de Serventias e Magistrados; Painel Justiça Militar de Minas Gerais em Números; Painel de Monitoramento de Indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS); Painéis de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Painel de Resultados do Plano Estratégico 2021-2026; Painel de Acompanhamento da Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados LGPD; Programas, Ações e Projetos; Painel de Contratos; e Painel de Instrumentos de Cooperação.



Expansão do Juízo 100% Digital

Implantado inicialmente de forma experimental para os processos cíveis, desde julho de 2022 o Juízo 100% Digital possibilita a realização, no âmbito da Justiça Militar mineira, de todos os atos processuais exclusivamente por meio eletrônico e remoto, o que, entre outros benefícios, promove o aumento da celeridade e da eficiência da prestação jurisdicional.

Nova solução de e-mail e de colaboração e comunicação corporativa

Foi contratada nova solução de e-mail institucional via plataforma Google Workspace, que disponibiliza também uma solução integrada de colaboração e comunicação corporativa. Entre outros benefícios, a solução agiliza o trabalho compartilhado em ambiente virtual pelo público interno do TJMMG.

Emissão eletrônica de certidões cíveis e de fins eleitorais

Em 2023 foram adotadas todas as medidas operacionais e de sistemas para a implantação da emissão das certidões cíveis e eleitorais ainda no primeiro semestre de 2024.

Inauguração do Espaço Diamante

Em março de 2024, foi inaugurado o Espaço Diamante, destinado à convivência integrada e realização de eventos e reuniões presididas pelos desembargadores. O local é dotado de soluções tecnológicas de última geração, que permitirão a realização de videoconferências, a exposição de dados estratégicos e a apresentação, em tempo real, dos resultados alcançados pelo TJMMG, dentro do conceito da boa governança corporativa. Buscando melhor experiência para os usuários, foi instalado um painel de LED, agregado com equipamentos de som e imagem de ponta, com a mais alta tecnologia disponível no mercado e importada pela empresa Samsung.



Integração do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ao barramento PEN

Uma portaria conjunta com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais estabeleceu a integração da comunicação administrativa entre os dois tribunais utilizando o barramento de serviços do Processo Eletrônico Nacional (PEN), objetivando a melhoria no desempenho com ganhos em agilidade, produtividade, transparência, satisfação do usuário e redução de custos. O barramento de serviços permite que um órgão envie processos e documentos administrativos digitais para outro de maneira segura, com confiabilidade de entrega e, no caso dos dois tribunais, isso é feito de forma integrada ao SEI.



Integração à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ)

Foi feita a integração aos serviços estruturantes da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-BR), sistema multisserviço criado pelo CNJ que reúne, em um mesmo ambiente digital, diversas ferramentas utilizadas pelos tribunais, unificando o trâmite processual no país e otimizando o trabalho especialmente de quem atua em auditorias, cartórios e gerências judiciárias de primeira e segunda instâncias. Entre as ferramentas utilizadas cotidianamente pela Justiça Militar estadual estão o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) e Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud).

Modernização das salas de audiência

Foi realizada uma reforma destinada à modernização e adaptação da sala de audiência do Tribunal Pleno e das Câmaras para sessões presenciais e híbridas no segundo grau de jurisdição. Também foi feito um investimento estratégico em recursos tecnológicos, e incluídas significativas melhorias na iluminação, no projeto elétrico e na pintura. Foram destinados ainda recursos orçamentários necessários para a elaboração dos projetos e realização dos processos licitatórios para a modernização das salas de audiência das cinco Auditorias, na primeira instância, com obras previstas para 2024.



Desenvolvimento de novos sistemas

A Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação (Dirtic) iniciou a implantação de plataforma para divulgação de dados em formato aberto; iniciou o desenvolvimento de solução para implantação dos padrões RDC-Arq na Justiça Militar, objetivando o aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária; e realizou o desenvolvimento de melhorias no sistema de divulgação da jurisprudência do TJMMG na internet, objetivando o aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal.

Preparação para implantação do Sistema de Gestão de Recursos e Processos (GRP)

Foi iniciada a preparação dos ambientes e desenvolvimento do módulo para extração dos arquivos relacionados à apropriação eletrônica da folha de pagamento que serão necessários na implantação do Sistema de Gestão de Recursos e Processos (GRP), que substituirá o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo de Minas Gerais. As apropriações da folha já foram realizadas em ambiente de teste no ano de 2023, e o Governo do Estado trabalha nos ajustes finais do arquivo para apropriação no ambiente real com previsão para janeiro de 2025.

Criação da Polícia Judiciária Militar Eletrônica (EPJM)

Em um trabalho conjunto com a Polícia Militar de Minas Gerais, foi criada a Polícia Judiciária Militar Eletrônica (EPJM), que integra o Sistema Correcional (Sicor) da PMMG e o Sistema Processual Eletrônico para Tramitação de Processos (Eproc) utilizado pelo TJMMG, para promover uma Justiça Militar mais moderna e transparente, respaldada nos princípios da governança corporativa. A EPJM permite o envio de processos diretamente do Sicor para o Eproc, além de solicitações de dilação de prazos, agilizando o trânsito processual. O sistema garante segurança, eficiência, celeridade, autenticidade e validade aos atos processuais.



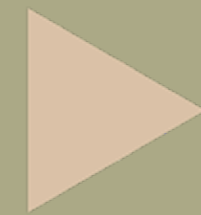
Contratação da Fábrica de Software

A partir de junho 2023, foi iniciado o trabalho da Fábrica de Software contratada, que realizou o desenvolvimento de novos sistemas para a gestão da folha de pagamento, para melhorias do sistema de gestão de pessoal e para a gestão dos recursos disponibilizados para a Justiça Militar - Sistema de Gestão Orçamentária (SGO) –, que contemplará toda a etapa do planejamento orçamentário, da elaboração à execução, beneficiando a governança orçamentária. A Fábrica de Software também criou o novo portal eletrônico da Justiça Militar (em andamento), e da Escola Judicial Militar (concluído).



Integração Eproc – Datajud

Foi realizada a integração do Eproc com a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário - Datajud e em 2023 o projeto foi aprimorado, possibilitando uma maior exatidão entre os números da JME/MG apresentados via painéis de dados do Conselho Nacional de Justiça.



EIXO 3
Governança
corporativa



EIXO 3

Governança corporativa

Excelência na gestão e no cumprimento do planejamento estratégico, monitoramento da produtividade e *accountability*.

Eficiência na execução orçamentária

Graças a um trabalho continuado de governança da execução orçamentária, com a realização de reuniões mensais com todas as unidades organizacionais executoras, em 2022 houve 99% de execução orçamentária, fruto da gestão orçamentária realizada. Em 2023 esse percentual foi ainda maior, com execução de 99,23% do orçamento.

Aumento da dotação orçamentária

O TJMMG participou de tratativas e gestão interinstitucional para o aumento da dotação orçamentária para 2023. Como consequência, foi aprovada a Lei n. 24.272/2023 (LOA 2023), com aumento significativo de 20% em relação ao orçamento de 2022.

Aprovação da suplementação orçamentária em 2023 e da proposta orçamentária para 2024

Foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais a Lei n. 24.429, de 13 de setembro de 2023, que versa sobre a suplementação ao orçamento de 2023, refletindo um acréscimo de R\$ 1,3 milhão. Também foi aprovada pela ALMG a proposta orçamentária para o exercício de 2024 (LOA n. 24.678, de 17 de janeiro de 2024), no valor de R\$ 138,2 milhões, fruto da governança orçamentária e do estreitamento institucional e técnico com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Pagamento dos precatórios

Foi desenvolvido um trabalho de gestão em relação ao pagamento dos precatórios no âmbito da JME/MG, o que garantiu 100% dos precatórios quitados nos anos de 2022 e 2023. Esse é um resultado inovador e exclusivo no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

Atualização do sistema de governança

Foi instituída uma comissão para atualização da resolução que versa sobre o sistema de governança e a estrutura organizacional do TJMMG. Em 2023 a nova resolução foi aprovada pelo Tribunal Pleno, com atualização do ato normativo apresentando novidades, como uma nova metodologia de governança para o acompanhamento em tempo real das ações desenvolvidas pelas comissões e comitês, com os devidos registros e publicação das atas. Também houve um aprimoramento da governança nas contratações, com revisão de processos de trabalho e de atos normativos, edição de regulamentação e adaptações em relação à Nova Lei de Licitações, além da promoção de constante capacitação dos servidores que atuam na Diretoria Administrativa e Auditoria Interna.

Licitação da folha de pagamento e transferência para a Diretoria de Recursos Humanos

A Diretoria de Finanças realizou a licitação da folha de pagamento, tendo como vencedor o Banco Itaú, cujo contrato tem vigência de maio de 2023 a maio de 2028. Também houve a migração da folha de pagamento para a Diretoria de Recursos Humanos, de modo a atender à Resolução CNJ n. 240/2016, processo que iniciou em agosto de 2022 e contou com o apoio da Diretoria de Finanças no compartilhamento de conhecimento, legislações, manuais, roteiros, anotações internas e pastas dos arquivos contendo todas as tarefas desempenhadas.

Instituição do plantão administrativo

O plantão administrativo foi instituído pela Resolução TJMMG n. 268 e regulamentado pela Portaria n. 1.453, ambos de 26 de maio de 2022, estabelecendo os critérios para compensação de dias de crédito decorrentes do exercício de atividades administrativas ou jurisdicionais extraordinárias, no âmbito da Justiça Militar de Minas Gerais, salvo os decorrentes do exercício do plantão judiciário.

Atualização do Regimento Interno

Foi feita a adequação da Resolução TJMMG n. 167/2016, que versa sobre o Regimento Interno do Tribunal, com a aprovação das Emendas Regimentais n. 11/2022, que concilia o processamento do recurso em sentido estrito, em segunda instância, ao disposto no art. 523 do Código de Processo Penal Militar (CPPM); n.12/2023, que revê as regras de julgamento de feitos de natureza criminal, em caso de empate na votação; e n.13/2023, que determina que a escolha do relator recairá, sempre que possível, em desembargador que não haja participado do julgamento impugnado. Em 2023 também foi instituída uma comissão para atualização do Regimento Interno, com previsão de conclusão dos trabalhos em 2024.

Nova política de governança para a tomada de decisões estratégicas

Houve o estabelecimento de uma nova política de governança, objetivando o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do TJMMG e pelo Conselho Nacional de Justiça, o que realizou uma mudança da cultura institucional. Essa nova política se dá, entre outras coisas, a partir de um trabalho contínuo, com atualização de dados em tempo real e a realização de reuniões periódicas com a alta gestão administrativa do TJMMG, possibilitando, a partir da socialização das informações, uma maior transparência em relação aos atos praticados e o envolvimento de todos quando da tomada das decisões estratégicas. O projeto foi consolidado em relação à política institucional, tendo a Justiça Militar de Minas Gerais recebido o selo Ouro e o selo Diamante no Prêmio de Qualidade do CNJ, respectivamente nos anos de 2022 e 2023, pelo trabalho desenvolvido.



Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ

Implementação do Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ)

O Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) foi criado objetivando a realização de projetos e ações envolvendo outras instituições, em especial os Tribunais de Justiça Militar dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Edição do compilado de resoluções do CNJ

Em iniciativa inédita, foi feito um compilado contendo todas as resoluções do Conselho Nacional de Justiça, assegurando o acompanhamento e as respectivas atualizações das normativas expedidas pelo CNJ, com vistas à garantia do seu cumprimento tempestivo.

Política de aquisição anual de novos veículos

Houve o estabelecimento da política para aquisição anual de novos veículos, evitando que a idade média da frota fique acima dos cinco anos de uso, bem como a doação dos veículos antigos. Em consonância com essa política, foram adquiridos dois novos veículos em 2022; e outros quatro, em 2023. Quanto à doação, foram doados cinco veículos no período, sendo quatro carros e uma moto.

Implementação do Laboratório de Inovação e o Comitê Gestor de Inovação

O Laboratório de Inovação Habeas Mentis foi instalado no ano de 2022, a fim de implementar a política de gestão da inovação no órgão, com base na Resolução CNJ n. 395/2021. Também foi instituído o Comitê Gestor de Inovação, permitindo o desenvolvimento de ações concretas em relação à política de gestão da inovação. O objetivo é estimular a criatividade e a colaboração entre magistrados, servidores e jurisdicionados para aprimorar o serviço público prestado. Entre os principais projetos desenvolvidos em parceria com o Laboratório de Inovação, estão o Conhecendo a Justiça Militar, da Presidência do TJMMG, que promoveu a realização de palestras, julgamentos simulados e treinamentos a jurisdicionados, operadores do Direito, docentes e alunos do curso de Direito no interior de Minas Gerais, a fim de melhor divulgar esta Justiça especializada; e o aprimoramento da Prova de Vida para aposentados e pensionistas, realizado pela Diretoria de Recursos Humanos, com a oferta do serviço também na modalidade digital.

Ações de sustentabilidade

Desde outubro de 2022, o TJMMG vem colocando em prática uma nova forma de gestão da coleta dos resíduos sólidos produzidos em suas dependências, em uma iniciativa da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável que passa pela capacitação de colaboradores terceirizados que trabalham diretamente no setor de limpeza e orientação aos demais servidores e colaboradores quanto ao descarte correto. Em janeiro de 2023, parceria entre o TJMMG e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare) foi oficializada por meio de um acordo de cooperação técnica que visa à doação de material inservível, reciclável e reaproveitável. Em agosto do mesmo ano, o Tribunal fez sua primeira aquisição de material dentro do modelo de compras sustentáveis, especificamente copos ecológicos feitos de polipropileno com aditivo biodegradante, para serem utilizados pelo público externo que estiver em visita à sede do TJMMG.



Programa Você Inova

O Laboratório Habeas Mentis divulga semestralmente um formulário para magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Militar, no intuito de angariar ideias de inovação que possam ser implementadas. O formulário fica disponível também durante todo o ano no site do Laboratório Habeas Mentis. A iniciativa, chamada de Você Inova, reuniu em 2023 dez ideias que foram sugeridas e analisadas pelo Laboratório de Inovação.

Revisão do Planejamento Estratégico

Em 2023 o Planejamento Estratégico 2021-2026 foi revisto, diante da necessidade de alinhamento com as áreas e também de uma adequação das ações estratégicas com os indicadores. O Escritório de Projetos coordenou a revisão técnica, com a realização das adaptações e alterações necessárias a partir da implementação de uma metodologia participativa entre os diversos setores do TJMMG. Foram revisados o formato do plano, a Matriz SWOT, os indicadores e ações, e foram incluídas novas áreas. Após a revisão, o Plano Estratégico 2021-2026 passou a contar com dez objetivos estratégicos (macrodesafios), 52 indicadores estratégicos, 52 ações estratégicas, um programa, três projetos e 11 ações. Após revisão e publicação, é realizado monitoramento mensal do cumprimento dos itens estabelecidos.

Operacionalização do desfazimento de materiais inservíveis

Houve a implantação de uma metodologia para operacionalização do desfazimento de materiais inservíveis, tais como sucata, material de escritório, mobiliário em desuso, veículos. Em 2023 o projeto foi aprimorado, com a efetivação do desfazimento de materiais inservíveis e doação de equipamentos/mobiliários.

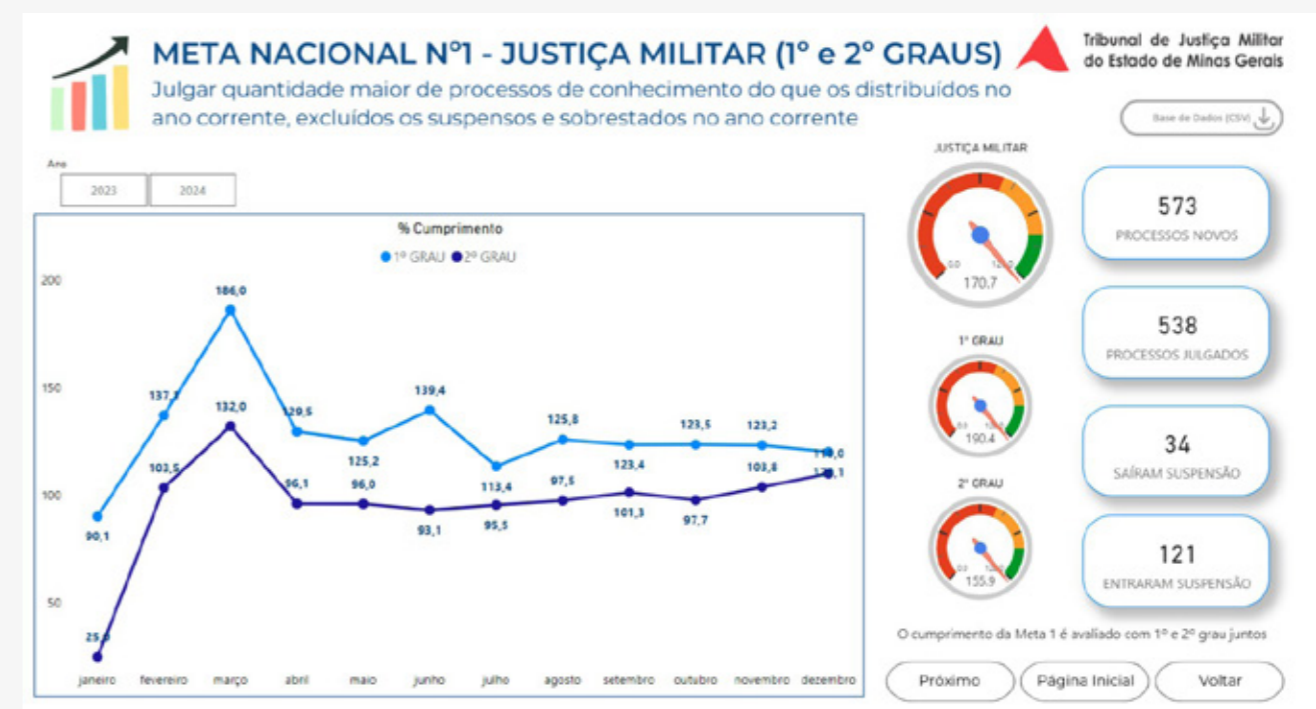
Projetos em Gestão Documental – Tratamento arquivístico

No âmbito da Gestão Documental, foram desenvolvidos diversos projetos de tratamento arquivístico. Um deles foi a implementação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (TJM-Arq). Referente à organização do acervo, foram movimentadas 14.745 caixas e ordenados 9.204 processos, foram identificados 15.509 processos, além de 4.851 caixas de processos distribuídos entre os anos de 2014 a 2022. Referente ao tratamento documental, 1.197 processos cíveis foram higienizados, analisados, digitalizados, remontados e com metadados lançados no Sistema TJM-Arq, e houve a publicação dos Editais de Eliminação n. 7 e 8 com 271 autos. Quanto a ações criminais, 100% (547) dos processos e *habeas corpus* distribuídos entre 1964 a 1968 foram higienizados, analisados, digitalizados, remontados e com os metadados lançados no sistema TJM-Arq; enquanto 100% (3.032) dos processos distribuídos entre 1969 a 1978 foram analisados e com os metadados lançados no mesmo sistema. Houve a seleção de 171 feitos para valoração histórica, a publicação de 120 feitos na plataforma Atom (acessível no *site* do TJMMG), e foi fragmentada meia tonelada de papel. Foram lançados os catálogos de “Siglas e abreviaturas” (2ª edição), “Catálogo de documentos judiciais criminais”, as cartilhas sobre fragmentação e uso do aparelho multiverificador, o tutorial do TJM-Arq e três volumes do “Manual de Gestão Documental” – o número 4, sobre “Fluxograma de Tratamento: Higienização, restauração, digitalização e remontagem de documentos”, e o 5, sobre “Fluxograma de Tratamento: Destinação final”. Foram adquiridos três módulos de arquivos deslizantes para serem adaptados aos já existentes, e publicados 11 “Relatos ilustrados de valor histórico”.



Criação do Escritório Corporativo de Projetos

Foi criado o Escritório Corporativo de Projetos, que, desde 2022, tem entre as principais funções, realizar o acompanhamento periódico da evolução das Metas Nacionais e Específicas estabelecidas pelo CNJ. Esse acompanhamento se dá por meio de reuniões mensais entre Chefia de Gabinete, Secretaria Especial da Presidência, Auditorias, Diretoria Judiciária, Corregedoria, Assessoria de Comunicação Institucional e Escritório de Projetos. Graças a essa dinâmica, o TJMMG vem em uma evolução crescente de bons resultados e conseguiu pontuação máxima no Prêmio CNJ de Qualidade 2023, no item que avalia Metas Nacionais Processuais, o que contribuiu para a conquista do Selo Diamante de Qualidade. Além das reuniões sistemáticas, são realizadas pelo Escritório de Projetos reuniões trimestrais de Análise da Estratégia, consultas públicas para construção e/ou reformulação de Metas Nacionais e Específicas e treinamentos e assessoramentos sobre metas.



Portal da Estratégia

Outra ação relevante desenvolvida pelo Escritório Corporativo de Projetos foi a criação do Portal da Estratégia, para acesso do público interno com informações centralizadas sobre Metas do CNJ, Ranking da Transparência e Planejamento Estratégico, Prêmio CNJ de Qualidade, resoluções do CNJ e Mapeamento de Processos.

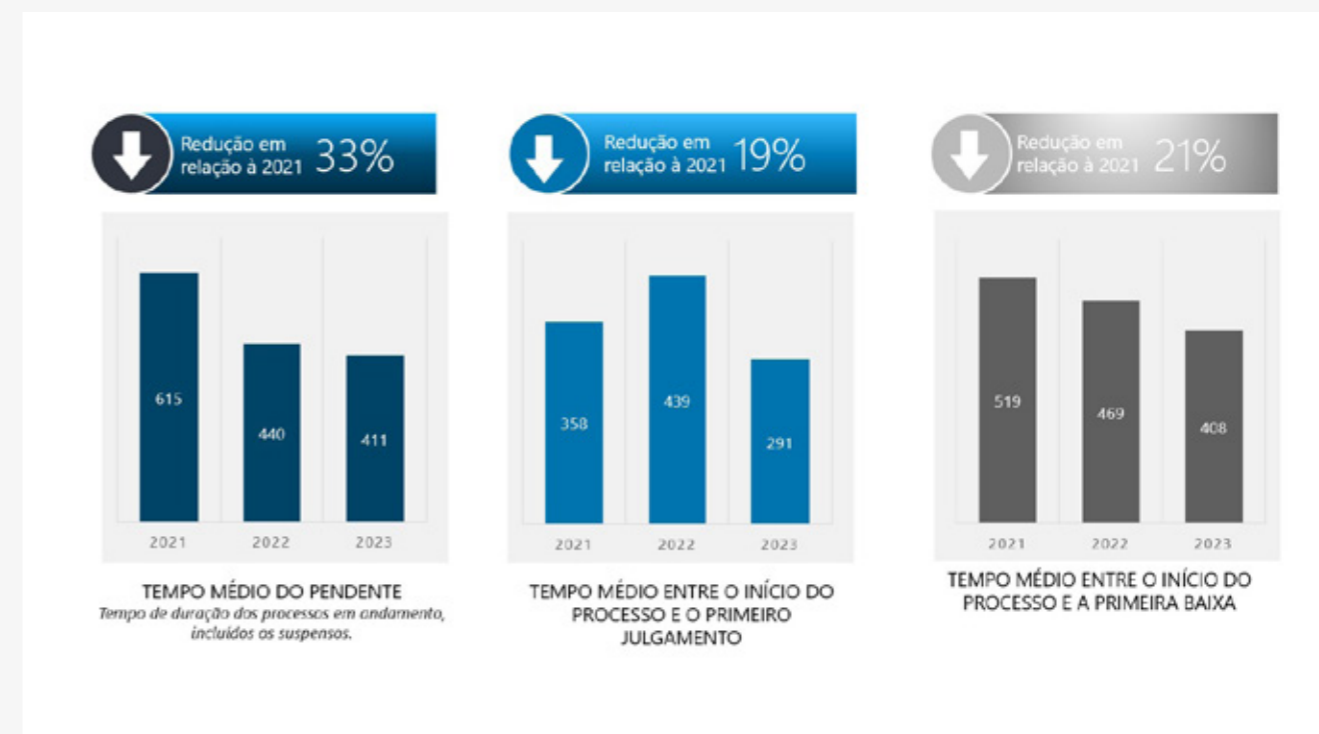


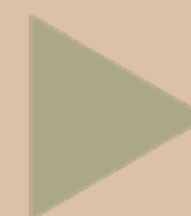
Instituição do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de documentos

Foram iniciados os trabalhos, em 2022, sobre o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT), a partir de uma análise realizada entre as Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPADs) dos Tribunais de Justiça Militar dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e de São Paulo. A Tabela de Temporalidade estabelece critérios para a classificação, organização, destinação e temporalidade dos documentos produzidos e recebidos pelos órgãos do Judiciário. Com base no PCTT, o setor de Gestão Documental do TJMMG produziu o primeiro “Catálogo de documentos judiciais criminais”, contemplando os documentos distribuídos nos anos de 1939 e 1940 na JME, que se encontram higienizados e devidamente acondicionados e inseridos no sistema informatizado de gestão arquivística.

Redução no tempo de tramitação processual em até 33%

Graças ao trabalho de acompanhamento regular das metas estabelecidas, houve uma redução no tempo médio de tramitação de processos na Justiça Militar mineira em até 33% em relação a 2021, um trabalho construído num período de menos de dois anos envolvendo magistrados de primeira e segunda instâncias, gerentes de Secretaria na primeira instância, Diretora Judiciária, Escritório de Projetos e diversos servidores. O tempo médio do pendente, que representa o tempo de tramitação do processo até a sua baixa, foi de 615 dias em 2021, 440 dias em 2022 e 411 dias em 2023, uma redução de 33% em relação a 2021. O tempo médio entre o início do processo e o primeiro julgamento também apresentou uma redução de 19% em relação a 2021, sendo 358 dias em 2021, 439 dias em 2022 e 291 dias em 2023, portanto menos de um ano. Houve ainda redução de 21% em relação a 2021 no tempo médio entre o início do processo e a primeira baixa (baixa propriamente dita, ou seja, sua finalização e posterior arquivamento; baixa decorrente em grau de recurso, no caso de primeira instância; e remessa do processo ao Superior Tribunal de Justiça, no caso de segunda instância; ou mesmo por declinação de competência), indo de 519 dias em 2021, para 469 dias em 2022 e para 408 dias em 2023.





EIXO 4 Fortalecimento da imagem institucional



EIXO 4 Fortalecimento da imagem institucional

Maior interação com os demais órgãos.
Aproximação com os jurisdicionados.
Maior divulgação das ações da JME.

Selos Ouro e Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade é um reconhecimento quanto à excelência na gestão e no planejamento administrativo e judiciário entre todos os tribunais do país, e é dividido em quatro eixos principais: Governança; Produtividade; Transparência; Dados e Tecnologia. Em 2022, ao todo foram 57 requisitos avaliados, subdivididos em quase 170 itens, e o TJMMG chegou a 69,83%, alcançando o inédito selo Ouro no segmento Justiça Militar. Em 2023 o TJMMG foi além e chegou a 87,4%, o que conferiu à Justiça Militar mineira o selo Diamante, um feito histórico de reconhecimento pelo trabalho de excelência desenvolvido na busca constante pela melhoria da prestação jurisdicional e pelo fortalecimento da sua imagem



1º Lugar no Ranking da Transparência do CNJ por dois anos consecutivos

O Ranking da Transparência estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça valoriza os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de maneira clara e organizada. Os itens sob avaliação estão distribuídos em 10 temas compostos por 84 perguntas. Em 2022, o TJMMG alcançou 94,23% das metas atendidas e, em 2023, manteve-se no topo pelo segundo ano consecutivo com 96,10%, conquistando o primeiro lugar no *ranking* dos Tribunais de Justiça Militar Estaduais.



1º Lugar - Prêmio Corregedoria Ética

O TJMMG foi o grande vencedor do Prêmio Corregedoria Ética, categoria Desempenho, no segmento das Justiças Militares em 2023. Em sua primeira edição, o Prêmio é dividido em duas categorias, Desempenho e Boas Práticas, e a categoria na qual o TJMMG foi agraciado reconhece os órgãos que alcançaram os melhores resultados em indicadores de cumprimento das Metas Nacionais das Corregedorias apuradas até junho de 2023. A premiação foi anunciada durante o 8º Fórum Nacional das Corregedorias, e o troféu foi recebido pelo desembargador corregedor Sócrates Edgard dos Anjos.



Participação no Prêmio Innovare

Em 2022 e em 2023, o TJMMG participou do Prêmio Innovare, que tem como objetivo identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil. Em 2022, o Tribunal teve deferido o projeto Inovações em Gestão de Documentos Findos, que integra o banco de práticas do prêmio detalhando como foi organizado o arquivo e instituída a guarda permanente de todas as partes do processo consideradas peças principais, trazendo determinações quanto à prática de gestão documental. Em 2023, o TJMMG concorreu com a série "Relatos Ilustrados de Valor Histórico", um passeio ilustrado por processos de valor histórico que ajudam a contar a história de Minas Gerais e, mais especificamente, da Justiça Militar do estado. A série foi construída pela equipe de Gestão Documental a partir da curadoria, do estudo e da transcrição de autos presentes no acervo do TJMMG, composto por cerca de 82 mil processos judiciais físicos. Nos dois anos, o Tribunal chegou à quarta etapa, que consiste em visitas presenciais de consultores especializados para conhecer *in loco* os projetos deferidos, gerando relatórios que foram avaliados pela Comissão Julgadora, formada por personalidades do mundo jurídico e acadêmico nacional.



Jornadas de Direito Militar

Com o objetivo de aproximar a Justiça Militar dos jurisdicionados, estudantes e operadores do Direito, as Jornadas de Direito Militar promoveram, ao longo de dois anos, palestras em diversas cidades mineiras, focando em especial nas Regiões de Polícia Militar de Minas Gerais. As jornadas atendem à Meta Específica n. 2 do Conselho Nacional de Justiça para a Justiça Militar, que prevê a realização de ações de divulgação à sociedade referente às funções e às atividades desta Justiça especializada, e a quantidade de eventos realizados nesse sentido ultrapassou a meta estabelecida – em 2023, por exemplo, a meta chegou a 266,7% de cumprimento. Também em 2023, esse projeto foi cadastrado para a Meta Nacional CNJ n. 9 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário. Foi criado um formulário para ser aplicado aos participantes das jornadas, a fim de se avaliar o impacto dessa prática na sociedade.



Lançamento do livro “Justiça Militar de Minas Gerais – Memória dos seus 85 anos”

Em celebração aos 85 anos da JMMG foi lançado, no dia 9 de novembro de 2022, o livro “Justiça Militar de Minas Gerais – Memória dos seus 85 anos”, um compilado da história desta Justiça especializada. Na obra, organizada pelo vice-presidente, desembargador Fernando Galvão da Rocha, responsável pelo livro e presidente da Comissão Permanente de Memória da Justiça Militar estadual, é possível ver os principais marcos jurídicos históricos que ilustram o caminho trilhado pela JMMG e também sua evolução administrativa. A edição de luxo, fartamente ilustrada, teve tiragem de mil exemplares e foi enviada gratuitamente a diversos órgãos e instituições mineiras. Também foi publicada pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) uma série de 11 matérias sobre a história dos 85 anos da JMMG, ampliando o acesso do público em geral ao conteúdo do livro.



Congresso Jurídico de Direito Militar

Em uma iniciativa conjunta do TJMMG ao lado da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (Enajum) e da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais (Amajme), Belo Horizonte sediou, de 13 a 15 de junho de 2023, o Congresso Jurídico de Direito Militar, evento que promoveu grandes debates acerca de assuntos afeitos à Justiça Militar no âmbito da União e dos Estados. Ao todo, foram 22 horas de uma intensa programação com sete palestras e dois painéis, reunindo grandes nomes do Direito Militar, professores e convidados, tais como o tenente-brigadeiro do ar Francisco Joseli Parente Camelo, ministro-presidente do Superior Tribunal Militar. O evento reuniu um público de, aproximadamente, 150 pessoas que participaram presencialmente, representando 24 estados da Federação, e foram registradas cerca de 2,5 mil visualizações na transmissão pelo YouTube, até março de 2024.



Maior participação dos magistrados e servidores em eventos oficiais

Para promover uma maior interação entre o TJMMG e outros órgãos e aumentar a representatividade da Justiça Militar, houve uma maior participação de magistrados e servidores em eventos oficiais. Só em 2023, foram 52 participações em eventos.

Política de proteção a vítimas, informantes e testemunhas

O TJMMG participou do grupo de trabalho interinstitucional que elaborou a Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Infrações Penais e Atos Infracionais no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, lançada em solenidade no dia 6 de junho de 2023. O TJMMG é um dos órgãos signatários de uma portaria conjunta, por meio de uma parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que regulamenta as medidas de proteção a vítimas, informantes e testemunhas em situação de grave ameaça ou coação decorrente de procedimentos investigatórios, processos judiciais ou administrativos.



Foto: Euler Júnior/TJMG

Projeto InformAção

Em março de 2024, foi lançado o Projeto InformAção, uma parceria interinstitucional entre o TJMMG, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) voltada à promoção do acesso à justiça a partir da orientação e do apoio às vítimas atendidas pelo Centro Estadual de Apoio às Vítimas – Casa Lilian. Na primeira fase do projeto, foram desenvolvidos 15 vídeos em linguagem acessível, com a participação de alunos do curso de Direito prestando orientações de uma forma interativa a eventuais vítimas e, assim, promovendo a conscientização da sociedade como um todo acerca de seus direitos.



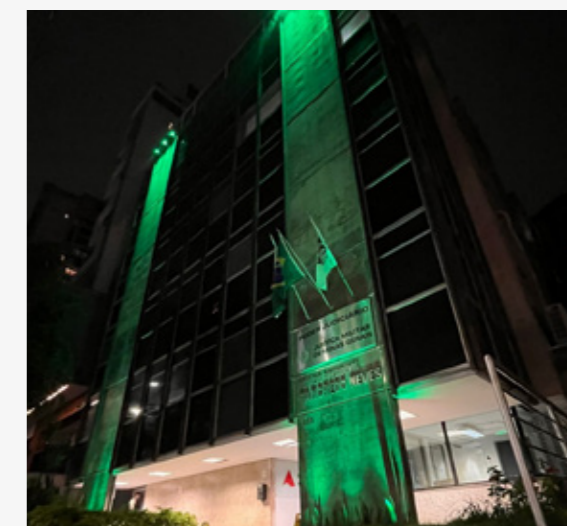
Parcerias institucionais com a UFMG

A Universidade Federal de Minas Gerais ofertou, de março a junho de 2023, a disciplina de Direito Militar, em parceria com o TJMMG. A disciplina, com carga horária de 60 horas/aula, teve preenchidas as 30 vagas ofertadas e reuniu conteúdo de Direito Penal Militar e Processo Penal Militar, ministrados, respectivamente, pelo desembargador Fernando Galvão da Rocha, vice-presidente, e pela juíza titular da 3ª Auditoria da Justiça Militar Estadual, Daniela de Freitas Marques, ambos professores na UFMG, além de aula magna proferida pelo presidente Rúbio Paulino Coelho. Em maio do mesmo ano, foi assinado um acordo de cooperação técnica entre as duas instituições durante sessão solene no Tribunal Pleno, estabelecendo uma parceria em programas de pós-graduação, cursos, seminários, formação profissional e projetos relacionados aos temas do Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar, Direito Processual Civil, Direito Administrativo, Proteção de Direitos Fundamentais e Justiça Militar. Além disso, o acordo prevê o desenvolvimento conjunto de programas, projetos, estudos e eventos específicos, tanto nos aspectos técnicos e profissionais, quanto nas áreas de pesquisas institucionais.



Realização de campanhas de saúde e qualidade de vida

Durante a gestão, foram realizadas diversas campanhas de saúde e qualidade de vida, com divulgação de informações e mobilização de servidores. Entre as principais, estavam as chamadas "Campanhas das Cores", organizadas mensalmente pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, em parceria com o Comitê de Atenção Integral à Saúde, que contaram também com distribuição de fitinhas alusivas e iluminação da fachada do edifício-sede do TJMMG de acordo com a cor da campanha, tonando pública a adesão do órgão à causa. Ao todo foram realizadas 24 campanhas, entre as quais Setembro Amarelo, de prevenção ao suicídio; Outubro Rosa, de prevenção ao câncer; e Janeiro Branco, de saúde mental.



Contratação de advogados dativos

O TJMMG firmou um acordo de cooperação mútua técnica e operacional com a Advocacia-Geral do Estado (AGE/MG), o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais (OAB/MG), que dispõe sobre a contratação de advogados dativos para atuar em processos judiciais na Justiça Militar Estadual. Os dativos são profissionais que não fazem parte dos quadros da Defensoria Pública e são nomeados pela Justiça para defender gratuitamente a população de baixa renda em comarcas onde o número de defensores públicos é insuficiente. O convênio foi assinado inicialmente pela AGE, pelo TJMG e pela OAB/MG em dezembro de 2021, sendo incluído o TJMMG em abril de 2023, no segundo termo aditivo do acordo. A finalidade é suprir a necessidade da prestação de assistência jurídica para defesa dos jurisdicionados da Justiça Militar.

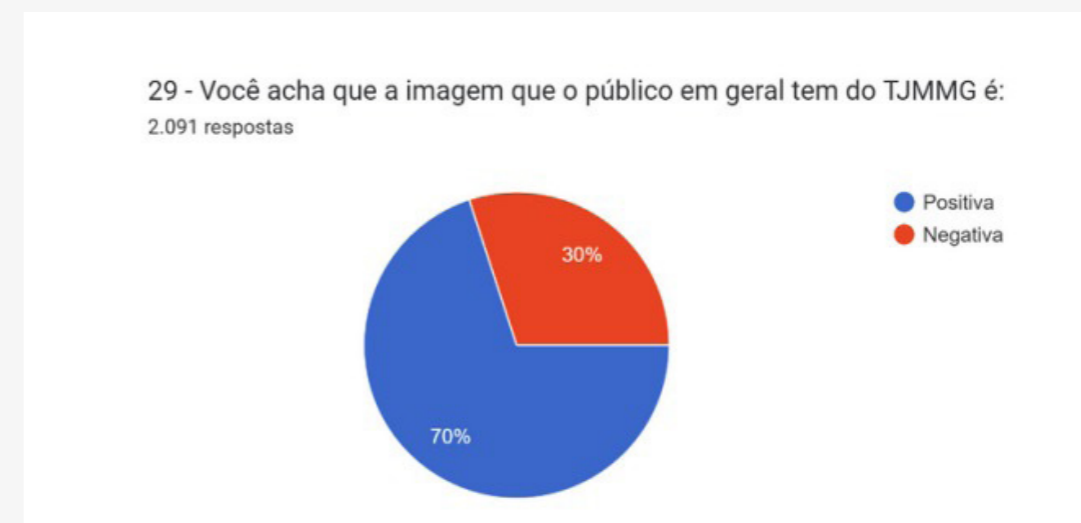
Campanha Um Plano de Todos

Idealizada pelo Escritório Corporativo de Projetos, Inovação e Gestão Estratégica, com realização da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), a campanha Um Plano de Todos, tem o objetivo de mostrar a contribuição de cada magistrado, servidor ou colaborador do TJMMG para a execução dos objetivos presentes no Plano Estratégico (2021-2026). São aplicáveis à Justiça Militar mineira dez macrodesafios, e a campanha prevê divulgar o trabalho desenvolvido em cada um deles, com depoimentos dos envolvidos. Já estão disponíveis os vídeos sobre os macrodesafios Promoção da Sustentabilidade, Garantia dos Direitos Fundamentais, Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária, Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional e Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade, e outros cinco têm previsão de lançamento em 2024. Todos os vídeos têm recurso de acessibilidade, com legenda e tradução para Libras.



Pesquisa sobre imagem institucional

Em 2022 foi realizada a Pesquisa de Satisfação dos Serviços de Comunicação, com mais de mil entrevistados, entre servidores, jurisdicionados e público em geral. O objetivo foi avaliar a qualidade e o alcance das produções e ações da Assessoria de Comunicação Institucional, bem como o atendimento das demandas e expectativas de seus servidores e jurisdicionados no que diz respeito à divulgação de informações sobre o Tribunal, e consequentemente mapear a imagem institucional do órgão. A pesquisa serviu também como parâmetro para a elaboração do Plano de Comunicação do TJMMG para o biênio 2023/2024.



Plano de Comunicação Organizacional

Em 2023, após aprovação do Tribunal Pleno, foi publicado o primeiro Plano de Comunicação Organizacional do TJMMG, alinhado à Resolução n. 175 do Tribunal, que estabelece atribuições à Assessoria de Comunicação Institucional, e à Resolução CNJ n. 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece uma Política Nacional de Comunicação Social Integrada para o Poder Judiciário com estratégias e procedimentos a serem colocados em prática em dois grandes vetores de sua atuação: a comunicação interna e a divulgação externa. A primeira edição do Plano, válida para o biênio 2023/2024, foi alicerçada em ambos os textos normativos, na realização de pesquisa interna e externa sobre a imagem institucional, bem como no Plano Estratégico do TJMMG, que define as macroações, as metas e os objetivos a serem alcançados pela gestão.

Melhorias no site do TJMMG

Foi realizada a melhoria constante do site do TJMMG, com atualização diária de notícias e publicações regulares sobre julgados da Justiça Militar de Minas Gerais. Também foi iniciada a elaboração do novo site do TJMMG, um trabalho conjunto entre a Assessoria de Comunicação Institucional e a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, com execução da Fábrica de Software. Além disso, há o monitoramento mensal dos itens publicados relacionados à transparência.

Lançamento da 49ª edição da “Revista de Estudos e Informações”

Durante a solenidade comemorativa pelos 86 anos da Justiça Militar de Minas Gerais, em novembro de 2023, foi lançada a 49ª edição da “Revista de Estudos e Informações”, a primeira em versão 100% digital. Em um trabalho conjunto entre a Ascom e a EJM, a revista reúne notícias e artigos sobre a Justiça Militar.



Lançamento do Boletim de Notícias do TJMMG

Em fevereiro de 2024, foi lançado o Boletim de Notícias do TJMMG, um compilado das principais notícias veiculadas pela Justiça Militar de Minas Gerais com o intuito de aproximá-la ainda mais de seus jurisdicionados, sociedade em geral e, conseqüentemente, ser cada vez mais transparente em seus atos e ações. Criado pela Assessoria de Comunicação Institucional, o Boletim de Notícias tem edições fixas mensais e também a flexibilidade de edições extras e/ou especiais, sempre que necessário e oportuno. Esse produto de comunicação fica disponível para consulta no site do TJMMG e também é distribuído por meio eletrônico para autoridades dos Poderes Municipal, Estadual e Federal, jurisdicionados da Polícia Militar de Minas Gerais e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, faculdades de Direito, servidores da JME, entre outros.



Criação da Ouvidoria da Mulher

Desde maio de 2023, o TJMMG conta com uma Ouvidoria da Mulher, instância vinculada administrativamente à Ouvidoria do Tribunal, mas com autonomia para atuar em defesa dos interesses das mulheres vítimas de violência no âmbito da Justiça Militar mineira. A Ouvidoria da Mulher é responsável por receber as demandas dirigidas à JME e encaminhar às autoridades competentes, bem como receber sugestões sobre a tramitação de procedimentos judiciais relativos a atos de violência contra a mulher e manter as vítimas informadas sobre seus direitos conferidos pela legislação, além de contribuir para o aprimoramento da política judiciária nacional sobre o tema. Essa iniciativa se alinha à Resolução do Conselho Nacional de Justiça que instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário.



Otimização das páginas da Ouvidoria e do SIC no site

Focando em aumentar a transparência e o contato direto com o jurisdicionado, o que consequentemente leva a uma melhor prestação jurisdicional, em 2023 foi realizado um trabalho de otimização das páginas da Ouvidoria e do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no site do TJMMG, tornando-as mais claras e completas para os usuários da JME, jurisdicionados e demais cidadãos.

Termo de cooperação com TJMG, TRE, TRT-3 e TRF-6

Um termo de cooperação entre cinco tribunais instalados em Minas Gerais foi assinado em agosto de 2023, tendo como objetivo o intercâmbio de experiências e informações mediante a implementação de ações conjuntas e projetos de apoio mútuo. A intenção é desenvolver melhorias nos processos e procedimentos judiciais e administrativos. Assinam o documento o TJMMG e mais o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-3), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6).



Participação na Rede Mineira de Integridade

O TJMMG promoveu, em conjunto com os demais órgãos membros da Rede Mineira de Integridade (RMI), o 2º Seminário Mineiro de Integridade, entre os dias 14 e 15 de setembro de 2023. O dirigente da Unidade de Auditoria Interna do Tribunal, Frederico Braga Viana, participou da programação dedicada à apresentação de boas práticas e explanou sobre a adesão da Justiça Militar estadual ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC). Durante o evento, foi lançado um e-book reunindo as ações de integridade apresentadas pelo TJMMG e demais órgãos que integram a RMI: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Controladoria-Geral do Estado (CGEMG), Assembleia Legislativa, Ministério Público de Contas (MPC), Ministério Público do Estado (MPMG), Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), Defensoria Pública (DPMG) e Governo do Estado de Minas Gerais.



Participação na Rede Mineira de Inovação

Em outubro de 2022, foi criada a Rede Mineira de Inovação, com a participação do Laboratório de Inovação Habeas Mentis, do TJMMG, e de diversas instituições públicas e privadas, visando implementar programas e ações de inovação, por meio de ações conjuntas e troca de experiências.

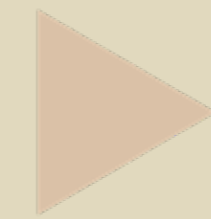
Adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples

Desde 2023, o TJMMG vem construindo um projeto institucional para adoção à linguagem simples, que se antecipou ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, proposto pelo Conselho Nacional de Justiça e do qual a Justiça Militar mineira se tornou signatária em fevereiro de 2024. A previsão é que a primeira fase do projeto seja implantada no primeiro semestre de 2024.

Sessão solene de 86 anos da Justiça Militar de Minas Gerais

Em 9 de novembro de 2023 foi realizada a sessão solene comemorativa pelos 86 anos de história da Justiça Militar de Minas Gerais, no auditório do Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais. A solenidade contou com a presença de magistrados, servidores convidados e diversas autoridades, entre elas os agraciados com o Colar e a Medalha do Mérito Judiciário Militar, como o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro Francisco Joseli Parente Camelo.





**ATOS
NORMATIVOS**
Resoluções

Resolução n. 264, de 28 de abril de 2022

Dispõe sobre a retribuição pecuniária por participação em comissão examinadora de concurso público, de provas e títulos, para provimento de cargos de Juiz de Direito Substituto do Juízo Militar do Estado de Minas Gerais.

Resolução n. 265, de 28 de abril de 2022

Institui Comissão de Concurso incumbida das providências necessárias à organização e realização do concurso público para provimento do cargo de Juiz de Direito Substituto do Juízo Militar do Estado de Minas Gerais.

Resolução n. 268, de 26 de maio de 2022

Dispõe sobre os critérios de compensação por magistrados de primeira e segunda instâncias da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais nas hipóteses que menciona.

Resolução n. 270, de 27 de maio de 2022

Dá nova regulamentação ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Resolução n. 274, de 28 de julho de 2022

Institui a Política de Gestão Documental e de Gestão de Memória na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução n. 275, de 28 de julho de 2022

Dispõe sobre a política de substituição de microcomputadores no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Resolução n. 278, de 22 de novembro de 2022

Aprova a Emenda Regimental n. 11.

Resolução n. 281, de 24 de janeiro de 2023

Aprova a Emenda Regimental n.12.

Resolução n. 284, de 17 de fevereiro de 2023

Atualiza a Resolução n. 226, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o cumprimento de obrigações de pagar oriundas de sentenças transitadas em julgado e requisições de pequeno valor no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Resolução n. 285, de 17 de fevereiro de 2023

Dispõe sobre a expedição de certidões judiciais cíveis e para fins eleitorais no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Resolução n. 286, de 11 de maio de 2023

Institui a Ouvidoria da Mulher no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais nas hipóteses em que menciona.

Resolução n. 287, de 11 de maio de 2023

Dispõe sobre a opção pela jornada de 8 horas diárias e de 40 horas semanais assegurada, nos termos do art. 2º da Lei estadual n. 24.263, de 29 de dezembro de 2022, aos servidores do quadro de cargos de provimento efetivo da Justiça Militar empossados em cargos de provimento em comissão.

Resolução n. 288, de 22 de maio de 2023

Aprova a Emenda Regimental n. 13.

Resolução n. 291, de 18 de setembro de 2023

Altera a competência e a denominação das Auditorias da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Resolução n. 292, de 11 de outubro de 2023

Dispõe sobre o sistema de governança e a estrutura organizacional do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução n. 297, de 31 de janeiro de 2024

Prorroga o prazo de validade do concurso público para servidores da Justiça Militar Estadual regido pelo Edital n. 1, de 26 de julho de 2021.



**ATOS
NORMATIVOS**
Portarias

Portaria n. 1.434, de 8 de abril de 2022

Institui o Escritório de Projetos no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.439, de 19 de abril de 2022

Designa servidores para compor o Núcleo de Estatística, Gestão Estratégica e Ambiental do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (Nege).

Portaria n. 1.440, de 27 de abril de 2022

Constitui Grupo de Trabalho para elaboração de livro sobre a história da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.443, de 4 de maio de 2022

Fixa o valor da hora-aula para retribuição pecuniária por participação em comissão examinadora de concurso público, de provas e títulos, para provimento de cargos de Juiz de Direito Substituto do Juízo Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.445, de 10 de maio de 2022

Designa membros para compor a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.446, de 10 de maio de 2022

Designa membros para compor a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência.

Portaria n. 1.452, de 27 de maio de 2022

Institui Comissão Permanente de Heteroidentificação da Justiça Militar.

Portaria n. 1.461, de 11 de julho de 2022

Institui comissão para fins de realização de promoção vertical referente ao exercício de 2022.

Portaria n. 1.462, de 12 de julho de 2022

Designa membros para compor o Comitê da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição da Justiça Militar de Minas Gerais.

Portaria n. 1.465, de 25 de julho de 2022

Dispõe sobre o valor da bolsa de estágio e do auxílio-transporte para os estagiários na Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.466, de 28 de julho de 2022

Institui o Laboratório de Inovação e o Comitê Gestor de Inovação da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e implementa a política de gestão da inovação.

Portaria n. 1.468, de 3 de agosto de 2022

Designa membros para compor a Comissão de Coordenação e Supervisão da seleção pública de estagiários, referente ao ano 2022, no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.470, de 8 de agosto de 2022

Dispõe sobre a composição do Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ) da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.475, de 8 de agosto de 2022

Designa membros para compor a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas Com Deficiência.

Portaria n. 1.476, de 9 de agosto de 2022

Institui Comissão para os fins que especifica.

Portaria n. 1.478, de 12 de setembro de 2022

Designa os membros que irão compor a Comissão de Ética dos Servidores da Justiça Militar de Minas Gerais.

Portaria n. 1.479, de 3 de outubro de 2022

Adita a Portaria n. 1.381, de 14 de setembro de 2021 e designa servidores para comporem Comissão.

Portaria n. 1.485, de 20 de outubro de 2022

Dispõe sobre as datas-limite e atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2022 e dá outras providências.

Portaria n. 1.487, de 16 de novembro de 2022

Institui Comissão de Apoio Administrativo do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento do cargo de Juiz de Direito Substituto do Juízo Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.488, de 17 de novembro de 2022

Institui o Comitê Gestor do Eproc no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Portaria n. 1.489, de 18 de novembro de 2022

Dá nome ao Laboratório de Inovação da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.493, de 29 de novembro de 2022

Constitui Grupo de Trabalho para a implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.498, de 14 de dezembro de 2022

Institui o Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais – PLS/TJMMG, para o período de 2022 a 2026, e dá outras providências.

Portaria n. 1.502, de 8 de fevereiro de 2023

Institui comissão para analisar a proposição de desfazimento de veículos da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.503, de 8 de fevereiro de 2023

Institui comissão para analisar a proposição de desfazimento dos equipamentos de informática da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.504, de 8 de fevereiro de 2023

Institui comissão para analisar a proposição de desfazimento dos materiais de escritório e módulos de livros da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.505, de 8 de fevereiro de 2023

Institui comissão para analisar a proposição de desfazimento dos equipamentos de ar-condicionado da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.506, de 10 de fevereiro de 2023

Dispõe sobre o suporte ao sistema de processo eletrônico judicial - E-proc.

Portaria n. 1.525, de 11 de maio de 2023

Institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, no âmbito da Justiça Militar de Minas Gerais.

Portaria n. 1.532, de 18 de maio de 2023

Designa magistrada para exercer o cargo de Ouvidoria da Mulher no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.535, de 5 de junho de 2023

Institui Comissão para propor as ações necessárias para o acolhimento, adaptação, treinamento e esclarecimentos aos novos magistrados da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.540, de 30 de junho de 2023

Dispõe sobre a Política de Gestão de Pessoas de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.541, de 30 de junho de 2023

Institui o Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ) no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJMMG).

Portaria n. 1.542, de 30 de junho de 2023

Institui o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ) e a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR), no âmbito do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

Portaria n. 1.543, de 30 de junho de 2023

Institui o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ) no âmbito do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

Portaria n. 1.545, de 7 de julho de 2023

Institui o Plano de Transformação Digital 2023-2024 do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.546, de 10 de julho de 2023

Designa Laboratoristas para compor o Laboratório de Inovação da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.550, de 13 de julho de 2023

Designa desembargador para atuar no acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.551, de 21 de julho de 2023

Institui a Política de Gerenciamento da Central de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.552, de 31 de julho de 2023

Institui os Processos de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.553, de 1º de agosto de 2023

Institui Comissão para fins de realização de promoção vertical referente ao exercício de 2023.

Portaria n. 1.560, de 17 de outubro de 2023

Dispõe sobre as datas-limite e atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2023.

Portaria n. 1.562, de 18 de outubro de 2023

Designa membros para compor a Comissão de Coordenação e Supervisão da seleção pública de estagiários no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.564, de 31 de outubro de 2023

Institui o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.565, de 31 de outubro de 2023

Designa membros para compor o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.568, de 7 de dezembro de 2023

Designa o coordenador do projeto pedagógico do curso de formação dos novos juizes da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.571, de 12 de dezembro de 2023

Designa membros para compor o Comitê de Proteção de Dados Pessoais e Governança de Segurança de Tecnologia da Informação.

Portaria n. 1.572, de 14 de dezembro de 2023

Regulamenta o recadastramento anual dos magistrados e servidores aposentados e dos pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.573, de 14 de dezembro de 2023

Designa os membros para compor a Comissão Permanente de Avaliação Documental e Gestão da Memória da Justiça Militar.

Portaria n. 1.574, de 19 de dezembro de 2023

Nomeia o dirigente da unidade de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.577, de 8 de janeiro de 2024

Institui Comissão para apresentar proposta de alteração ou reforma do regimento interno do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.579, de 12 de janeiro de 2024

Designa as Auditorias de atuação dos novos magistrados da Justiça Militar de Minas Gerais.

Portaria n. 1.583, de 16 de fevereiro de 2024

Designa o coordenador do projeto pedagógico do curso de formação dos novos juizes da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.586, de 28 de fevereiro de 2024

Institui Grupo de Trabalho para regulamentar a estruturação e o funcionamento do Juízo das Garantias no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria n. 1.587, de 28 de fevereiro de 2024

Institui comissão para analisar a proposição de desfazimento de material permanente inservível alocado na garagem do edifício sede da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.



ATOS
NORMATIVOS
Portarias
Conjuntas

Portaria conjunta n. 75, de 4 de maio de 2022

Institui a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, no âmbito da Justiça Militar Estado de Minas Gerais.

Portaria conjunta n. 137, de 5 de junho de 2023

Revoga a Portaria Conjunta n. 75, de 4 de maio de 2022, e institui as Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, em primeiro e segundo grau de jurisdição da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria conjunta n. 147, de 28 de junho de 2023

Regulamenta condições especiais de trabalho para magistradas e servidoras lactantes, no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria conjunta n. 151, de 13 de julho de 2023

Dispõe sobre as orientações para o acompanhamento dos casos positivos e sintomáticos de covid-19 e de síndromes respiratórias nas dependências da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, estabelece as diretrizes de higiene e de observação da etiqueta respiratória e dá outras providências.

Portaria conjunta n. 163, de 27 de setembro de 2023

Institui Comissão de Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria conjunta n. 176, de 13 de dezembro de 2023

Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça Militar e das Auditorias da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais no período de 20 de dezembro de 2023 a 20 de janeiro de 2024 e dá outras providências.

Portaria conjunta n. 177, de 13 de dezembro de 2023

Dispõe sobre o plantão judiciário da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, no período de 20 de dezembro de 2023 a 8 de janeiro de 2024, bem como designa magistrados e servidores para atuarem nos dois graus de jurisdição.

Portaria conjunta n. 179, de 8 de janeiro de 2024

Altera a Portaria Conjunta n. 163, de 27 de setembro de 2023, que instituiu a Comissão de Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria conjunta n. 180, de 10 de janeiro de 2024

Designa Juiz de Direito para responder pela 5ª Auditoria Judiciária Militar Estadual (5ª AJME).

Com outros órgãos

Portaria conjunta n. 2, de 29 de junho de 2022

Institui Comissão Conjunta para estudar a possibilidade de criação e integração de sistemas capazes de permitir a tramitação dos documentos pré-processuais e processuais relativos às infrações penais militares.

Portaria conjunta n. 39/PR-TJMG/2023

Dispõe sobre a utilização da ferramenta Barramento de Serviços do Processo Eletrônico Nacional - PEN como meio oficial de comunicação entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Portaria conjunta n. 1, de 7 de julho de 2023

Altera a Portaria Conjunta n. 2, de 29 de junho de 2022, que instituiu a Comissão Conjunta para estudar a possibilidade de criação e integração de sistemas capazes de permitir a tramitação dos documentos pré-processuais e processuais relativos às infrações penais militares.



**Tribunal de Justiça Militar
do Estado de Minas Gerais**

**Chefia de Gabinete da Presidência
Assessoria de Comunicação Institucional**